

DEPOIMENTO

Por Guilherme d'Oliveira Martins

Qual o lugar e o papel da Educação e da Instrução no ideário republicano? Se seguirmos o percurso dos movimentos republicanos na história portuguesa, referindo-nos, antes de mais, às sequelas da Revolução de 1820, à guerra civil (1828-1834), à revolução de Setembro de 1836, aos movimentos anti-cabralistas e à preparação da Regeneração (1851), à “Questão Coimbrã” e às Conferências Democráticas (1871), à fundação dos partidos republicano e socialista, às comemorações do centenário de Camões (1880), ao ultimatum inglês e ao 31 de Janeiro (1891), culminando com o desenvolvimento do republicanismo e a fundação da República portuguesa (1910) – podemos dizer que há uma constante que é a da afirmação da prioridade à instrução pública, perante os níveis elevadíssimos de analfabetismo (cerca de 75%) e a fragilidade da rede escolar existentes. Nesse ponto o constitucionalismo monárquico progressista e o republicanismo coincidiram nos propósitos. Desde Garrett, Passos Manuel e Castilho até João de Deus e, depois de 1910, João de Barros, João de Deus Ramos, Egas Moniz, Leonardo Coimbra, Jaime Cortesão, António Sérgio encontramos referências fundamentais no assumir da prioridade educativa. O alargamento da escolaridade obrigatória (ensino primário elementar) a 5 anos, o alargamento do ensino secundário, o desenvolvimento de planos de leitura e a criação de uma rede escolar – foram constantes dos programas liberais, republicanos e democráticos. Infelizmente, a instabilidade governativa e as crises financeiras perturbaram a concretização desse ambicioso projecto. Importa, porém, referir as iniciativas da sociedade civil em matéria educativa, merecendo realce dois casos, imbuídos do pensamento republicano – os centros republicanos e os jardins escola de João de Deus. Em ambos os exemplos temos uma preocupação comum: alargar a instrução a todos os cidadãos – considerando que a cidadania activa exige o conhecimento, a atenção à realidade em que vivemos, a transmissão de saberes, a compreensão, o espírito crítico, mas também o despertar das consciências para a liberdade e a responsabilidade. António Sérgio, num conjunto de textos ímpar, publicado na revista *Águia*, órgão da Renascença Portuguesa, em 1915, defende, nesse sentido, e na linha da pedagogia de Pestalozzi, de Maria Montessori e de John Dewey, que a escola não se limita a preparar para a vida, assumindo-se, sim, como parte integrante da vida cívica, devendo a República escolar ser um factor essencial de afirmação de uma cidadania activa, assumida pelos jovens e pela comunidade educativa, numa perspectiva de auto-governo e de autonomia. Hoje, mantém-se, deste modo, actual esta preocupação. A República escolar é, de facto, a prefiguração da República dos cidadãos!

